

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Reunião Ordinária – Ata nº 05/2013

Data – 2013-03-04

Início – 14.35 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 15.45 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel Belém e Ferreira Coelho

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos

Faltas: Não estiveram presentes os vereadores Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês e António Manuel de Santana Maia Leonardo.



Resumo Diário da Tesouraria de 04-03-2013:

a) Dotações Orçamentais..... €3.575.242,45
b) Dotações não Orçamentais..... €158.445,78

Total das Disponibilidades €3.733.688,23



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta e cinco minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(Lei nº 169/99, de 18 de setembro, Artigo 84º nº 7, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

Encontrava-se inscrito para intervenção no período aberto ao público Alfredo Neves, para questionar o executivo sobre o ponto de situação relativamente ao contrato de concessão

celebrado com a empresa THT, Lda., agora com a designação XLab., Lda., que, no entanto não compareceu.

A Presidente da Câmara aproveitou para dar conta da informação nº 4/2013/PV do Serviço de Assuntos Jurídicos da Divisão Jurídica, datada de 27 de fevereiro de 2013, acerca da indemnização por resolução de contrato de cedência de espaço com a empresa THT – Hotelaria e Turismo, Lda., em que sugere que se notifique a ex-THT do relatório de avaliação de 22.01.2013 bem como dos critérios contratuais para se determinar a indemnização prevista na cláusula 29, conforme (ponto vi) da referida informação jurídica, que refere *Face ao previsto no contrato e aos elementos constantes no processo, a indemnização a atribuir a (ex) THT deverá ter por base o valor do imóvel determinado por maioria no relatório de avaliação, deduzido da proporção do prazo de utilização decorrido face aos 15 anos de duração do contrato e deduzido ainda do montante em dívida e respetivos juros a contar até efetivo pagamento, caso esse valor não venha entretanto a ser pago. O prazo de utilização decorrido considerado na informação e 05.04.2011 pode eventualmente ser alterado com base em prova documental a apresentar pela interessada em prazo a fixar*.

Relativamente à questão do prazo de efetiva utilização do estabelecimento, sugere que se dê conhecimento à interessada dos pressupostos que determinaram a consideração do período de 55 meses, de acordo com o (ponto iii) da citada informação jurídica, o qual alude que: *"O valor da indemnização calculado na informação dos serviços, de 05.04.2011, teve em consideração o tempo suportado nas evidências documentais existentes no processo, ou seja, data da celebração do contrato e a data da entrega das chaves, pois não existem no processo outras evidências que sustentem períodos de encerramento do estabelecimento no espaço de tempo que mediou aquelas datas"*, concedendo-lhe prazo adequado para apresentar prova documental que sustente um prazo de utilização efetiva diferente.

Deverá ainda, informar se a interessada nos termos do (ponto vii) da presente informação jurídica, onde é mencionado que *"No caso de a interessada não concordar com o montante indemnizatório fixado nos termos expostos, caber-lhe-á recorrer ao tribunal competente"*

Por fim, deixa à consideração o constante no (ponto viii) da referida informação jurídica, designadamente *"Salientar junto da interessada que a câmara optou, nesta fase, por não exercer o seu direito à indemnização prevista na cláusula 19º do contrato, nos termos da deliberação de 30.05.2011, não impedindo que o faça no caso de vir a ser discutida a questão da indemnização junto do tribunal"*. - 68445



A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara começou por informar que no dia 8 de março de 2013, pelas 18 horas, no pequeno auditório do Cine-Teatro S. Pedro em Abrantes, será feita a apresentação pública do livro "Maria de Lourdes Pintasilgo – Retratos sem Moldura", da autoria de Helena Silva Costa e dirigiu convite a todos os elementos do executivo, para estarem presentes no referido evento.

Tomado conhecimento.



Informou que esteve presente nas cerimónias de comemoração do Dia da Proteção Civil, que se realizaram no passado dia 1 de março, na sede da Autoridade Nacional da Proteção Civil, em Carnaxide, nas quais foi feita uma homenagem à Bombeira do Corpo de Bombeiros Municipais de Abrantes, Paulina Pereira.

Tomado conhecimento.



De seguida, a Presidente da Câmara, deu conta de um comunicado do CHMT - Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E., face a uma notícia publicada num órgão de comunicação social nacional sobre a Unidade Hospitalar de Abrantes do CHMT, referindo "falta de material clínico", que levam à necessidade de os profissionais "encontrarem soluções alternativas para o cuidado aos doentes", pelo que, o Conselho de Administração reafirma veementemente o que disse diretamente à jornalista quando questionado. Assim:

"1. Não houve, nem há, qualquer falta de material clínico no CHMT, designadamente na Unidade de Abrantes, que coloque em causa os cuidados prestados aos doentes ou leve os profissionais a encontrar "soluções alternativas" para esses cuidados.

2. Não houve, nem há, qualquer problema de fornecimento de medicamentos no CHMT, designadamente na Unidade de Abrantes, que coloque em causa o tratamento de qualquer doente.

3. Acrescenta-se que o CHMT não tem, também ao contrário do que é escrito na notícia, qualquer problema de carência de profissionais no sector de enfermagem.

O CHMT tem, como é público, um ratio Enfermeiro / Cama activa de 1,58 o que permite a prestação de cuidados de forma segura e adequada."

Refere ainda que o Conselho de Administração do CHMT enfrenta desafios de enorme complexidade desde que iniciou funções em Dezembro de 2011.

Q1
C1

A sustentabilidade das 3 Unidades que o compõem é uma tarefa com uma dimensão social muito forte e é imprescindível que o seu equilíbrio seja mantido.

Lamenta que se promovam "denúncias" ou "ataques" ao funcionamento de 1 Unidade, porque, objetivamente, é todo o Centro Hospitalar que é posto em causa e, com ele, a segurança de cerca de 2000 colaboradores e a assistência a uma população de cerca de 250.000 pessoas.

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara apresentou, para conhecimento, uma carta do semanário regional "O Mirante", a agradecer a participação da Presidente da Câmara e a ajuda dos colaboradores da autarquia, na entrega dos prémios Personalidade do Ano 2012, que se realizou no passado dia 21 de fevereiro de 2013, no Cineteatro S. Pedro, em Abrantes.

Tomado conhecimento.



Depois disse que a Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., remeteu à Câmara Municipal o ofício nº 233/2013 do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, datado de 12 de fevereiro de 2013, dando conta que a Ministra Assunção Cristas, aprovou a proposta de orçamento e projeto tarifário a praticar por aquela empresa no ano de 2013, em 31,16€ por tonelada de resíduos tratados, com efeitos a 1 de janeiro do corrente ano. - 109902

Na sequência desta informação, a Presidente da Câmara aproveitou a ocasião, para dar conta de um ofício enviado pela Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, relativamente à tomada de posição dos Municípios de Gavião, Abrantes, Mação, Sardoal e Vila e Rei, sobre a Valnor, que por ser extenso, se anexa à presente ata e se dá por transcrito.

O vereador Belém Coelho, a propósito do aumento do tarifário de 27€ para 31,6€ por tonelada, referiu que:

"O pecado original consiste no facto de as autarquias terem assinado um contrato que determina, à partida, uma remuneração mínima e certa do capital investido naquela empresa.

Isto corporiza a mais profunda negação do mercado.

Não é capitalismo, é, antes, socialismo do mais profundo.

Viola todas as regras de concorrência.

Com a remuneração do capital assegurada com valores mínimos, todos nós seríamos empresários de sucesso.

Por isso, a verdadeira questão não é esta atualização proposta ou qualquer outra baseada noutro qualquer indicador com spreads ou sem spreads, mas, sim, o simples facto de, numa dita economia de mercado, ser possível assinar contratos em que uma das partes nunca perde e tudo ganha (empresa que presta o serviço) e a outra parte (os municípios) tudo pagam."

Tomado conhecimento.

Ci
Ct

Nº 40 - Por último, a Presidente da Câmara apresentou um pedido da Junta de Freguesia de Carvalhal, solicitar a declaração de isenção de controlo prévio e simultaneamente a emissão de parecer prévio não vinculativo da Câmara Municipal, de acordo com o nº 2 do artigo 7º do DL 555/99 de 16/12, na atual redação, para a operação urbanística/autorização de utilização do edifício sede, com a finalidade de o inscrever e registar a favor daquela Freguesia. - 107558

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, emitir parecer favorável à utilização do edifício como sede da Junta de Freguesia de Carvalhal, nos termos do nº 2, conjugado com a alínea a) do nº 1 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação e de acordo com a informação técnica 028/2013 RC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 04 de março de 2013.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS

Nº 41 - O vereador Manuel Jorge Valamatos apresentou a informação nº 38 do Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 1 de março de 2013, acerca de uma reclamação apresentada por João da Conceição Pedro, relativa a alterações ao trânsito em Souto, Abrantes, em virtude de, alegadamente, o mesmo não conseguir aceder à sua garagem, sita na Rua Professora Florinda Matos Sabino, circulando no arruamento no sentido sul-norte (atual sentido do trânsito). - 110020

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar as alterações ao trânsito em Souto, Abrantes, com vista à resolução da situação apontada pelo referido munícipe, nos termos da citada informação nº 38 do Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos.

À Divisão de Serviços Urbanos para os devidos efeitos.

C1
C2

VEREADOR ANTÓNIO BELÉM COELHO

O vereador António Belém Coelho, apresentou uma proposta dos vereadores eleitos pelo PSD, Com o título "O Direito à Identidade Linguística", requerendo designadamente que: - 110980

"A Câmara deverá não só evitar usar denominações em língua estrangeira como também incentivar as empresas e os municípios a seguir o exemplo, designadamente através do desenvolvimento de acções de defesa da língua portuguesa."

A Presidente da Câmara encaminhou a proposta para agendamento, numa próxima reunião de Câmara.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Nº 01 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, deu conta das estatísticas da atividade do Corpo de Bombeiros Municipais durante o ano de 2012. - 102540

Tomado conhecimento.



Nº 02 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, deu conta do parecer elaborado pelo serviço de Assuntos Jurídicos da Divisão Jurídica, datado de 14 de fevereiro de 2013, acerca da renovação do contrato de publicidade com a Rádio Tágide. - 51643

Tomado conhecimento.



Nº 03 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o pedido da Comissão Instaladora da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Abrantes, a solicitar apoio no que concerne à disponibilização por parte da Câmara Municipal de apoio administrativo e jurídico e de apoio na criação do logotipo da Associação. - 109255

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pedido de apoio solicitado.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 04 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o pedido do Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes, em Abrantes, a solicitar autorização, para os Bombeiros Municipais de Abrantes, colaborarem no exercício de

evacuação da Escola Secundária C/2º. e 3º CEB Dr. Manuel Fernandes e Escola EB de Rio de Moinhos. - 109514

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a pretensão, nos termos solicitados.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 05 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondente ao licenciamento de atividade, abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
109414	Grupo Folclórico e Etnográfico de Bemposta	Festejos de Bemposta	9,10,11, e 12 de Maio de 2013	<ul style="list-style-type: none">• Recinto improvisado• Ruído• Afixação de cartazes• Serviços de restauração e bebidas ocasionais	102,03€

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar o requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



Nº 06 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a um pedido do Centro Social de Alferrarede, a solicitar a isenção do pagamento de taxas, pela cedência de uma sala nos Bombeiros Municipais de Abrantes, para realização de uma ação de formação levada a efeito pelo Centro de Dia daquela Instituição, no dia 22 de janeiro de 2013. - 103535

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 172,80€ (cento e setenta e dois euros e oitenta centimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Nº 07 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante a uma informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, acerca do pedido da ACLAMA – Associação Cultural Amigos de Martinchel, a solicitar a dispensa do pagamento de taxas, relativamente ao processo de publicidade registado com o nº 2155, referente a um anúncio luminoso, instalado na sua sede. - 103071

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 18,36€ (dezoito euros e trinta e seis cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão Jurídica

Nº 08 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara apresentou o ofício nº 20 da Assembleia Municipal de Abrantes, datado de 25 de fevereiro de 2013, que remete as deliberações aprovadas em minuta na Sessão Ordinária realizada no dia 22 de fevereiro do corrente ano, referentes aos assuntos que a seguir se discriminam: - 110053

- Isenção do pagamento das Taxas por ocupação do espaço público ou afeto ao domínio público municipal, relativamente aos estabelecimentos do Centro Histórico de Abrantes; - 105629
- Alteração ao mapa de pessoal; - 106318
- Alteração dos Estatutos da A. Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos; - 105270
- Alienação do direito de superfície do terreno sito no Tecnopolo, em Alferrarede, à A. LOGOS.

Foi também dado conhecimento dos seguintes assuntos:

- Redução do montante ao contrato de empréstimo BEI para a obra "CE de Alferrarede"; - 101814
- Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – Despesas Plurianuais. - 77932

Tomado conhecimento.



Nº 09 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação o parecer a emitir pela Câmara Municipal, a pedido da Comissão Instaladora da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Abrantes, com vista à instrução do processo de criação do corpo de bombeiros, da iniciativa daquela associação, mas dependente da autorização da Autoridade Nacional de Proteção Civil, nos termos do nº 6 do artº 4º do

Ata da reunião de 04 de março de 2013

Al
C

Decreto-Lei nº 247/2007, de 27 de junho, na redação do Decreto-Lei 248/2012 de 21 de outubro. - 109610

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável à criação do corpo de bombeiros por parte da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Abrantes, nos termos do nº 6 do artº 4º do Decreto-Lei nº 247/2007, de 27 de junho, na redação do Decreto-Lei 248/2012 de 21 de outubro.

O vereador António Belém Coelho, ditou para a ata a seguinte declaração:

"Voto favoravelmente pois os objetivos prosseguidos são a favor da manutenção de um alto grau de proteção civil. No entanto, quero relevar que todo o longo historial do processo que culminou nesta situação não foi, na minha opinião, nem o mais claro e transparente, nem o mais curial."



Divisão Financeira

Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, que remete para aprovação, pedido de parecer prévio vinculativo, com vista à abertura de procedimento para "Aquisição de serviços para a execução de Estudos Geológicos e Geotécnicos para a elaboração dos Projetos de Construção de Unidade de Saúde Familiar em Rossio ao Sul do Tejo – Abrantes, Construção da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes e Construção do Centro Escolar de Abrantes".

Mais informa que o preço base do procedimento ascende a 29.500,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. - 109325

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a abertura de procedimento para "Aquisição de serviços para a execução de Estudos Geológicos e Geotécnicos para a elaboração dos Projetos de Construção de Unidade de Saúde Familiar em Rossio ao Sul do Tejo – Abrantes, Construção da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes e Construção do Centro Escolar de Abrantes", nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 21 de fevereiro de 2013, referindo que após aprovação pela Câmara Municipal, do montante de 3.090,63€ para o projeto CIMT, "Assistência técnica ao QREN 2007/2013", veio aquela entidade, retificar o valor referido, para 4.159,92€, verificando-se um aumento de 1.069,29€, pelo que remete para aprovação, a retificação do referido valor. - 102800

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a retificação do valor, para 4.159,92€, nos termos da referida informação da Divisão Financeira.

li
G

Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de informação da Divisão Financeira, remetendo para aprovação a atribuição de um apoio financeiro no valor de 8.089,93€ (oito mil e oitenta e nove euros e noventa e três cêntimos) ao Grupo de Teatro Palha de Abrantes para fazer face às despesas com a conclusão das obras das antigas instalações da Cruz Vermelha, Edifício Carneiro, sitas na Rua de S. Pedro, em Abrantes, para instalação da sua sede. – 108467

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio financeiro no valor de 8.089,93€ (oito mil e oitenta e nove euros e noventa e três cêntimos) ao Grupo de Teatro Palha de Abrantes, para a conclusão das obras para instalação da sua sede, mediante a celebração de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, acerca da comparticipação no projeto que se encontra a ser desenvolvido pela CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, para todos os municípios que a integram, designado por "Plataforma Tecnológica. Transporte a Pedido", cuja despesa do Município de Abrantes inerente ao ano de 2013, ascende a 4.654,05€ (quatro mil seiscentos e cinquenta e quatro euros e cinco cêntimos). – 80000

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a comparticipação do Município de Abrantes, no valor de 4.021,36€ (4.654,05€ (quatro mil seiscentos e cinquenta e quatro euros e cinco cêntimos), de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.



Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, que remete para aprovação, pedido de parecer prévio vinculativo, para aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes, nomeadamente para a zona do hipódromo do Mourões, cujo preço base do procedimento ascende a 58.000,00€ (cinquenta e oito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - 105849

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o parecer prévio vinculativo para aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes, nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira.



Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, que remete para aprovação, a assunção do compromisso plurianual relativo à despesa a realizar com a renovação do contrato de assistência técnica ao elevador da EB1 António Torrado, para o período de 26 de setembro de 2013 a 26 de setembro de 2014, celebrado com a empresa "Thyssenkrup Encasa, Lda.". A despesa ascende a 1.035,44€, mais IVA à taxa legal em vigor. Dado tratar-se de contrato celebrado ao abrigo

Ata da reunião de 04 de março de 2013

Q1
Câmara

do Decreto-lei nº 197/99, de 8 de junho, o Código dos Contratos Públicos (CCP) não se aplica às suas renovações, nos termos do nº 2 do artº 16º do Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.

Mais informa que, o contrato foi sujeito a redução remuneratória em 2012, à taxa de 8%, aplicável por força do estipulado no nº 3 do artº 26º da Lei do Orçamento de Estado 2012, uma vez que a contraparte tinha em vigor outro contrato de manutenção com o Município no montante de 1.847,64€, mais IVA (redução por agregação).

Ainda que a despesa referida signifique um compromisso plurianual, a autorização por parte da Assembleia Municipal prevista na alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) está dispensada, de acordo com a deliberação da própria Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2012, que autorizou a assunção de compromisso plurianuais por parte da Câmara Municipal. - 104548

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a assunção do compromisso plurianual relativo à despesa a realizar com a renovação do contrato de assistência técnica ao elevador da EB1 António Torrado, para o período de 26 de setembro de 2013 a 26 de setembro de 2014, celebrado com a empresa "Thyssenkrup Encasa, Lda.", pelo valor de 58.000,00€ (cinquenta e oito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a referida informação da Chefe da Divisão Financeira.



Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 26 de fevereiro de 2013, que aprovou o relatório final do júri do procedimento para "Fornecimento de Energia Elétrica em Baixa Tensão Especial e Média tensão para instalações pertencentes ao Município de Abrantes – Aquisição de Serviços ao abrigo do Acordo Quadro ANCP nº 11.08.02", no qual o júri sugere adjudicação, nos seguintes termos: - 54653

- Lote 1 - Baixa Tensão Especial, adjudicação à firma "EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.", pelo montante de 135.551,52€/ano, mais IVA à taxa legal em vigor;
- Lote 2 - Média Tensão, adjudicação à firma "Iberdrola Generación S.A.U.", pelo montante de 101.334,33€/ano, mais IVA à taxa legal em vigor.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Cultura e Turismo

Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a dispensa do pagamento das taxas correspondentes à cedência do Cine Teatro São Pedro, conforme lista abaixo:

Ci
Am

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
107391	Escola Prática de Cavalaria	Comemorações do Dia da Arma e 123º e do Aniversário da Escola Prática de Cavalaria	12 e 19 de abril de 2013	Cedência do auditório do Cine Teatro São Pedro	387,28€
109011	Grupo de Teatro Palha de Abrantes	7ª Mostra de Teatro de Abrantes	4, 5, 11 e 18 de maio de 2013	Cedência do auditório do Cine Teatro São Pedro	1.032,88€
109115	Grupo de Teatro Palha de Abrantes	Realização espetáculo "10"	25 e 26 de maio de 2013	Cedência do auditório do Cine Teatro São Pedro	516,44€

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme listagem acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão de Educação e Ação Social

Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação do Serviço de Educação da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 25 de fevereiro de 2013, sugerindo a atribuição de uma verba anual destinada ao pagamento de telefone e despesas de funcionamento das escolas do 1º ciclo e jardins de infância do concelho, calculada em função do número de alunos, sendo que:

- Escolas e J.I. com menos de 25 alunos – 70,00 €
- Escolas e J.I. de 25 a 50 alunos – 80,00 €
- Escolas e J.I. de 51 a 100 alunos – 100,00 €
- Escolas com mais de 100 alunos – 120,00 €
- Escolas com mais de 150 alunos – 150,00€
- Escolas com mais de 200 alunos – 170,00€
- Escolas com mais de 250 alunos – 200,00€

Esta verba será atribuída anualmente e servirá para pagar as chamadas oficiais feitas em cada escola.

Para além desta verba sugere ainda, à semelhança dos anos transatos, a atribuição anual a cada escola do 1º ciclo do ensino básico, de um montante de 5,00 € por aluno, proporcional ao número de alunos existente na mesma, de acordo com os dados fornecidos, e que se destina ao pagamento de despesas de funcionamento.

A verba atribuída a cada escola, que consta dos quadros anexos, será depositada na conta dos agrupamentos, que farão com as escolas a sua gestão. - 110056

Al
C

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de verba a cada escola, nos termos da referida informação e anexos que se dão por transcritos, que será depositada na conta dos agrupamentos respetivos.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 19 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, respeitante a uma informação do Serviço de Ação Social, acerca do pedido de Hironcina Paula Bragança Rodrigues Silva, residente no Bairro Municipal, nº 34, em Abrantes, a solicitar o pagamento em 10 prestações mensais, da renda em atraso, no valor de 65,64€ acrescido de juros de mora no valor de 32,84€, devido a dificuldades financeiras. - 109147

Deliberação: Por unanimidade, autorizar o pagamento do montante de 98,48€ (noventa e oito euros e quarenta e oito cêntimos), em 10 prestações mensais, sendo cada prestação, no valor de 9,848€ cada.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 20 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, remetendo para aprovação, um pedido de Ricardo Ramalheite, na qualidade de representante de um Grupo de Peregrinos em peregrinação a Fátima, a solicitar a pernoita de cerca de 35 pessoas do Distrito de Portalegre, nas instalações da cidade Desportiva, em Abrantes, no dia 10 de maio de 2013. - 109198

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a pretensão, nos termos solicitados.



Nº 21 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, no âmbito dos Circuitos de BTT e Cicloturismo - Abrantes 2013, remete para aprovação, a isenção do pagamento das taxas devidas pelo licenciamento referentes às atividades das coletividades participantes, bem como, autorização para prestar o apoio logístico a essas atividades, conforme informação da Divisão de Desporto e Juventude, datada de 14 de fevereiro de 2013. - 108553

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 432,00€ (quatrocentos e trinta e dois euros) de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município, bem como o apoio logístico às atividades, nos termos da referida informação da Divisão de Desporto e Juventude, que se anexa à presente ata e se dá por transcrita.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Projetos e Empreitadas

Nº 22 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 39 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 26 de fevereiro de 2013, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Construção do Centro Escolar de Bemposta", adjudicada a José Manuel da Silva Fidalgo, com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Para a obra em epígrafe, foram entregues Garantia Bancárias, num total de 178.188,42€ e, sendo o montante necessário para a caução da empreitada 169.381,32€. pelo que deverá ser reduzida a garantia nº 125-02-1705898 do BANCO COMERCIAL Português, S.A., no montante de 8.807,10€.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 10.02.2012, que corresponde a um tempo decorrido de 1 ano completo, poderá ser liberada 30% (52.095,07 €) da garantia da obra, correspondendo a 4.268,90€ dos valores retidos, e 47.826,16€ à garantia bancária nº 125-02-1705898 do Banco Comercial Português, S.A.

Esta garantia terá uma redução no total de 56.633,26€ e ficará com um valor residual de 32.460,95€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 39 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 23 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 13/2013/EC da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 27 de fevereiro de 2013, referindo que, na sequência do esclarecimento de funções de João Manuel Rodrigues Pombo, perito externo especializado na área da Proteção Civil a prestar serviços ao município de Abrantes, urge proceder a redefinição da comissão de vistorias, criada para dar cumprimento ao disposto nos artigos 63º e 64º do Decreto-lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na redação do Decreto-lei nº 26/2010, de 30 de Março.

Deste modo propõe que agora se aprove a seguinte constituição para a referida comissão de vistorias: - 72313

Membros Efetivos

Técnicos do Mapa de pessoal do município:

Ata da reunião de 04 de março de 2013

el

Q

- Ricardo Martins, Arq. – Coordenador da Comissão
- Ezequiel Oliveira, Eng.º

Perito externo especializado na área da Proteção Civil:

- João Manuel Rodrigues Pombo

Membros suplentes:

Técnicos do Mapa de pessoal do município:

- Duarte Pedro, Arqt.
- António Tibúrcio, Eng.º.
- António Manuel Henriques Jesus, Comandante Operacional Municipal

A proposta comissão constituirá ainda:

- A comissão de vistorias criada no âmbito do nº 2 do artigo 11º do Decreto-lei nº 309/2002, de 16 de Dezembro, para persecução do disposto no nº 6 do artigo 19º do mesmo diploma (Licenciamento de recintos de espetáculo e divertimento públicos na redação do Decreto Lei nº 268/2009, de 29 de Setembro e Regime Jurídico de Instalação e Modificação de Estabelecimentos de Restauração e Bebidas - Decreto Lei nº 234/2007 de 19 de Junho)
- A comissão de vistoria responsável pelas vistorias definidas no nº3 do artigo 16º do Decreto-lei nº 268/2009, de 29 de Setembro (licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados).

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada, revogando-se a deliberação tomada na reunião de 02 de julho de 2012.



Nº 24 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 11 de fevereiro de 2013, acerca do licenciamento de demolição de edifício e construção de edifício comercial e serviços, na rua dos Combatentes da Grande Guerra, em Pego, Abrantes, requerido por Sónia Maria Marques Dias Amaro. – 431/09

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença referente à demolição de edifício e construção de edifício comercial e serviços, nos termos previstos pelos nºs 2 e 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2007, de acordo com a referida informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e nos termos da informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 14 de fevereiro de 2013.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Ci
At

Nº 25 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 11 de fevereiro de 2013, acerca do licenciamento de demolição total e construção de moradia, na rua da Roseira Grande, em Pego, Abrantes, requerido por Nélia Maria Gil Mata. – 204/10

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença referente à demolição total e construção de moradia, nos termos previstos pelos nºs 2 e 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2007, de acordo com a referida informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e nos termos da informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 14 de fevereiro de 2013.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.



Nº 26 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 11 de fevereiro de 2013, acerca do licenciamento de remodelação e ampliação de moradia unifamiliar, na Avenida João Augusto Silva Martins, Arrifana, freguesia São Miguel do Rio Torto, Abrantes, requerido por Fernanda Antónia Gonçalves Séneca Correia Cardoso. – 199/09

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença referente à remodelação e ampliação de moradia unifamiliar, nos termos previstos pelos nºs 2 e 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2007, de acordo com a referida informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e nos termos da informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 22 de fevereiro de 2013.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.



Nº 27 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 11 de fevereiro de 2013, acerca do licenciamento de construção de um pavilhão, na

Ata da reunião de 04 de março de 2013

Rua da Cumeada, Mouriscas, Abrantes, requerido por José Carlos da Concelção Dias Barracas.
- 362/08

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença referente à construção de um Pavilhão, nos termos previstos pelos nºs 2 e 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2007, de acordo com a referida informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e nos termos da informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 22 de fevereiro de 2013.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.



Nº 28 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 11 de fevereiro de 2013, acerca do licenciamento de construção de uma moradia unifamiliar, no Largo do Fontanário, em Crucifixo, Tramagal, Abrantes, requerido por Henrique Manuel Brás Cardoso. - 28/08

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença referente à construção de uma moradia unifamiliar, nos termos do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação, de acordo com a referida informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e nos termos da informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 22 de fevereiro de 2013.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.



Nº 29 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 21 de janeiro de 2013, dando conta que foi ultrapassado o prazo para requerer a emissão do alvará de licença para construção de um pavilhão industrial, em Casal da Salgueira, freguesia de São Facundo, Abrantes, requerido por Sociedade de Agricultura de Grupo da Salgueira, Lda. - 280/08

Ci
cat

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade do processo, tendo em conta que a requerente não solicitou a emissão do respetivo título, nos termos do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 177/2001 de 4 de junho, de acordo com a referida informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e nos termos da informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 14 de fevereiro de 2013.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.



Nº 30 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 21 de janeiro de 2013, dando conta que foi ultrapassado o prazo para requerer a emissão do alvará de licença para construção de um edifício e muros de vedação, na Avenida D. Manuel I, freguesia de Alferrarede, Abrantes, requerido por Feliciano Carlos Alves. - 551/07

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade do processo, tendo em conta que o requerente não solicitou a emissão do respetivo título, nos termos do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 177/2001 de 4 de junho, de acordo com a referida informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e nos termos da informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 14 de fevereiro de 2013.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.



Nº 31 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 21 de janeiro de 2013, dando conta que foi ultrapassado o prazo para requerer a emissão do alvará de licença para reconstrução de uma moradia, na Rua das Casas Pretas, Mouriscas Abrantes, requerido por Severino Manuel Dias da Rosa. - 425/07

Pl

CS

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade do processo, tendo em conta que o requerente não solicitou a emissão do respetivo título, nos termos do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 177/2001 de 4 de junho, de acordo com a referida informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e nos termos da informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 14 de fevereiro de 2013.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.



Nº 32 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 11 de fevereiro de 2013, dando conta que foi ultrapassado o prazo para levantamento da licença para obras de ampliação de uma moradia unifamiliar, na Rua de Santo António, Monte Galego, Alvega, Abrantes, requerido por Paulo Renato Ferreira Mimoso. – 335/10

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade do processo, tendo em conta que o requerente não solicitou a emissão do respetivo título, nos termos do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, de acordo com a referida informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e nos termos da informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 25 de fevereiro de 2013.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.



Nº 33 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, na sequência da informação nº 11/2013/EC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 18 de fevereiro de 2013, acerca do projeto de obras de urbanização para infraestruturação do Tagusvalley – Tecnopolo do Vale do Tejo, em Alferrarede, Abrantes. O presente licenciamento tem como pressuposto a prévia obtenção, pela promotora Associação Tagusvalley, do indispensável título de utilização dos recursos hídricos, nos termos do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio (conforme condicionamentos explícitos na viabilidade concedida pela ARHTejo) para a realização dos trabalhos. – 53550

Ata da reunião de 04 de março de 2013

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à emissão da licença (nos termos da alínea b) do nº 2 do Artigo 4º do RJUE) das obras de urbanização solicitadas, de acordo com a referida informação nº 11/2013/EC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, e nos termos da informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 26 de fevereiro de 2013.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 34 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, na sequência da informação nº 003/2013/RC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 7 de janeiro de 2013, acerca do licenciamento de loteamento sito em Tapadão, freguesia de São Vicente, Abrantes, requerido por Maria Fernanda Marques Farinha Pereira Viegas. - 276/2010

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta de loteamento apresentada, designadamente, quanto à licença para a operação de loteamento, na última versão apresentada nos serviços da Câmara Municipal.

Tratando-se de uma operação de loteamento com obras de urbanização, a comunicação prévia destas deverá ser efetuado no prazo máximo de 1 (um) ano, sob pena de caducidade da licença, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação de 2007.

Para efeitos de solicitação dessa comunicação prévia, deverão ser solicitados os elementos constantes da informação nº 233/12/EO da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 17 de dezembro de 2012.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 35 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, referente ao pedido de Vítor Manuel da Piedade Moura, na qualidade de representante legal da firma Mamade – Construção e Móveis, Lda., em que solicita a alteração do Artigo 5.º do Regulamento da Urbanização do Tapadão, situada na Rua da Gonçalinha, Bairro do Tapadão — Alferrarede, Abrantes, com o Alvará nº 9/2000, para a seguinte redação: *“Os afastamentos das construções aos limites dos lotes e demais condicionamentos, encontram-se estabelecidos na planta de síntese, desenho nº 5, podendo os estacionamento privativos e/ou garagens previstos, encostar à extrema posterior ou lateralmente, desde que as áreas de ocupação e construção previstas no Art.º 4º, não excedam a tolerância de 10 a 15% prevista no mesmo”*. - 906/97

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alteração solicitada, que consiste somente na alteração do artigo 5º do Regulamento do referido loteamento, relativo à implantação dos edifícios.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 36 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 37 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma informação do serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos, que sugere a criação de um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada, no primeiro lugar da bolsa de estacionamento existente, no sentido Sul-Norte, da Avenida 25 de Abril, para utentes dos estabelecimentos ali contíguos. - 61564

Deliberação: Por unanimidade, aprovar criação de um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada nos termos da referida informação do Serviço de Trânsito e Transportes Públicos.



Nº 38 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta de alteração ao protocolo de gestão e manutenção do Canil/Gatil Intermunicipal de Abrantes, Constância e Sardoal, a celebrar entre os Municípios de Abrantes, Constância e Sardoal e a ADACA – Associação de Defesa dos Animais do Concelho de Abrantes. - 77265

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ABRANTES

Nº 39 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante ao ofício nº 183 dos Serviços Municipalizados de Abrantes, a solicitar autorização para a realização de trabalhos necessários para a execução de uma baixada para fornecimento de energia elétrica no reservatório da Encosta Sul, com o objetivo principal de implementar a Telegestão, cujos contactos já foram efetuados com a EDP. - 107501

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a pretensão, nos termos solicitados.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



u

Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO



VALNOR

E01671 OMBRANTES 25-02-13

Exma. Senhora
Presidente da Câmara Municipal de Abrantes
Praça Raimundo Soares
Abrantes
2200-366 Abrantes

Registado c/AR

Data:
21-02-2013

n/ Ref.
C.M./001-016

Assunto: Aprovação do Orçamento e Projecto Tarifário da Valnor, S.A. para o ano 2013

Exma. Senhora Presidente,

Vimos pelo presente dar conhecimento a V. Exas. que a Sra. Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território fixou a tarifa a praticar, para o ano de 2013, pela Valnor-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., em 31,16 Euros por tonelada de resíduos tratados.

A tarifa agora aprovada tem efeitos a 1 de Janeiro de 2013, conforme consta no despacho de 08-02-2013, cuja cópia se anexa.

Certos que continuaremos a contar com o seu apoio.

Com os melhores cumprimentos.

O Administrador Executivo,

José João Pinto Rodrigues

Anexo: Documento mencionado.





GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

C/c: ERSAR

Exm.º. Senhor
Presidente do Conselho de Administração da
VALNOR
Apartado 48
7441-909 ALTER DO CHÃO

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
7	28/9/2012	N.º: ENT.: 496 PROC. 180	

ASSUNTO: PROPOSTA DE ORÇAMENTO E PROJETO TARIFÁRIO PARA 2013

Em referência ao ofício n.º 7, de 28/9/2012, sobre o assunto acima mencionado, encarrega-me a Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, de enviar a V. Exa. a informação n.º I-000090/2013, da ERSAR, na qual exarou o despacho que se transcreve:

"Aprovo o orçamento e projeto tarifário que conduz a uma tarifa de 31,16€/t, o que representa um aumento de 15% face ao ano anterior, para a atividade de valorização e tratamento de resíduos sólidos."

Este tarifário produz efeitos a partir de Janeiro de 2013, nos termos da base XIV do Decreto-Lei n.º 294/94 de 16 de Novembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 195/2009 de 20 de Agosto."

Dê-se conhecimento à ERSAR e à VALNOR-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A."

8.2.2013

ass) Assunção Cristas"

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

José Pedro Martins

Ass. Doc. 20.
LAF



comunidade intermunicipal
do **Alto Alentejo**

Exma. Senhora:
Ministra da Agricultura, do Mar, do
Ambiente e do Ordenamento do
Território
Praça do Comércio
1149-010 Lisboa

[Handwritten signature]

Sua Referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência

Data

101-GC

15-02-2013

ASSUNTO: Tomada de Posição dos Municípios sobre a VALNOR

Exma. Senhora:

Vem o Presidente do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), dar conhecimento do seguinte assunto, que segue em anexo.

Com os mais respeitosos cumprimentos,

O Presidente do Conselho Executivo da CIMAA

Armando
Jorge
Mendonça
Varela
(Dr. Armando Varela)

Assinado de forma digital por
Armando Jorge Mendonça Varela
DN: cn=Armando Jorge Mendonça
Varela, serialNumber=B06991637,
givenName=Armando Jorge,
sn=Mendonça Varela,
ou=Autenticação do Cidadão,
ou=Cidadão Português, o=Cartão
de Cidadão, c=PT
Data: 2013.02.15 17:41:07 Z

1/4

Al

CE

Considerando que em 20 de Abril de 2001 foi assinado, com a duração de vinte e cinco anos, entre o Estado Português e a Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Norte Alentejano S.A, um Contrato de Concessão que atribui, em regime de exclusivo, a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Alentejano;

Considerando que o referido contrato de concessão prevê, na sua cláusula 15ª, o pagamento de uma "adequada remuneração dos capitais próprios da concessionária", a qual corresponderá "à aplicação ao capital social e reserva legal de uma taxa base de emissões de Bilhetes do Tesouro (TBA), ou outra equivalente que a venha a substituir, acrescida de três pontos percentuais a título de prémio de risco";

Considerando que o referido contrato de concessão prevê, na sua cláusula 17ª, a obrigação da concessionária em "entregar em cada ano, a partir do início da exploração, em instituição financeira a aprovar pelo concedente, o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um fundo de reconstituição do capital, que será gerido pela concessionária e a que esta terá direito no termo do presente contrato";

Considerando que o referido contrato de concessão prevê, na sua cláusula 39ª, que o mesmo "apenas pode ser alterado por acordo entre concedente e concessionária";

Considerando que, aquando da integração na VALNOR dos municípios de Gavião, Abrantes, Mação, Sardoal e Vila de Rei, em 10 de Março de 2005; e dos Municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertão e Vila Velha de Ródão, em 29 de Outubro de 2010, nada consta nas atas da Assembleia Geral da empresa relativamente à alteração do indexante para cálculo da Taxa de Remuneração Acionista Anual (TRA);

Considerando que o aditamento ao contrato de concessão entre o Estado Português e a VALNOR, datado de 10 de Março de 2006, onde se prevê a sua prorrogação até 31 de Dezembro de 2030 e mais tarde a prorrogação até 31 de Dezembro de 2036, e que foi alterada a indexação da Remuneração Acionista da TBA para as Obrigações do Tesouro a 10 anos (OT), não foi objeto de deliberação por parte do Conselho de Administração nem da Assembleia Geral da Empresa, nem tão pouco foram ouvidas as Câmaras e Assembleias Municipais associadas, em clara violação do disposto na cláusula 39ª acima referida;

Considerando que e nomeadamente a alteração do indexante previsto no contrato de concessão da TBA para as OT's a 10 anos se traduz num grave prejuízo para a concessionária e para os municípios associados, foi decidido de forma unilateral pelo concedente, em violação clara do disposto no contrato mas também que é eticamente reprovável tal procedimento pelo concedente;

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Francisco", "Jury", "R", "Luis", "A", "H", "M", "C", "D", "E", "F", "G", "I", "J", "K", "L", "M", "N", "O", "P", "Q", "R", "S", "T", "U", "V", "W", "X", "Y", "Z", "AA", "BB", "CC", "DD", "EE", "FF", "GG", "HH", "II", "JJ", "KK", "LL", "MM", "NN", "OO", "PP", "QQ", "RR", "SS", "TT", "UU", "VV", "WW", "XX", "YY", "ZZ", "AAA", "BBB", "CCC", "DDD", "EEE", "FFF", "GGG", "HHH", "III", "JJJ", "KKK", "LLL", "MMM", "NNN", "OOO", "PPP", "QQQ", "RRR", "SSS", "TTT", "UUU", "VVV", "WWW", "XXX", "YYY", "ZZZ", "AAAA", "BBBB", "CCCC", "DDDD", "EEEE", "FFFF", "GGGG", "HHHH", "IIII", "JJJJ", "KKKK", "LLLL", "MMMM", "NNNN", "OOOO", "PPPP", "QQQQ", "RRRR", "SSSS", "TTTT", "UUUU", "VVVV", "WWWW", "XXXX", "YYYY", "ZZZZ", "AAAAA", "BBBBB", "CCCCC", "DDDDD", "EEEEE", "FFFFFF", "GGGGG", "HHHHH", "IIIII", "JJJJJ", "KKKKK", "LLLLL", "MMMMM", "NNNNN", "OOOOO", "PPPPP", "QQQQQ", "RRRRR", "SSSSS", "TTTTT", "UUUUU", "VVVVV", "WWWWW", "XXXXX", "YYYYY", "ZZZZZ", "AAAAA", "BBBBB", "CCCCC", "DDDDD", "EEEEE", "FFFFFF", "GGGGG", "HHHHH", "IIIII", "JJJJJ", "KKKKK", "LLLLL", "MMMMM", "NNNNN", "OOOOO", "PPPPP", "QQQQQ", "RRRRR", "SSSSS", "TTTTT", "UUUUU", "VVVVV", "WWWWW", "XXXXX", "YYYYY", "ZZZZZ"]

$\frac{2}{4}$

Al
C

Considerando que a manutenção desta decisão ira irremediavelmente arrastar esta empresa para uma situação insolvência e colocar em causa a viabilidade dos postos de trabalho e de um sistema multimunicipal que e indiscutivelmente neste momento um exemplo de boa gestão em Portugal;

Handwritten notes and signatures on lined paper, including the word "Lucca" and various scribbles.

3/4

li
Cris

Os municípios integrantes do sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos associados da Valnor, solicitam:

- A correção do valor do indexante utilizado para cálculo da TRA em 2011 dos 10,26% utilizados para os 4,9% recomendados pela ERSAR
- A correção do valor do indexante constante no seu despacho de 25 de Janeiro de 2013 no valor de 7,46% para os anos de 2012 e 2013 respetivamente para 2,3% e 2,5%;
- O cumprimento das demais recomendações da ERSAR de acordo com os pareceres respetivamente emitidos em 21 de Fevereiro de 2012 e 22 de Julho de 2012, enquanto entidade independente e garante do superior interesse das populações servidas pelo sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Alentejano;

Não sendo possível dar cumprimento ao contrato de concessão, não sendo possível dar cumprimento das recomendações da ERSAR, reservam-se os municípios integrantes do sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos associados da Valnor, a requerer:

- A nulidade da decisão de alteração do indexante de TRA Anual, retomando-se o inicialmente estabelecido no contrato de concessão, por forma a evitar um tratamento discriminatório relativamente aos diferentes municípios do território português;

Figueira e Barros, 12 de Fevereiro de 2013

Handwritten signatures and initials, including "Lurcio", "B", "Th", "Zur", "Cris", and various other illegible signatures.

4/6

21
45

Câmara Municipal Alter do Chão	João do Monte Vitorino
Câmara Municipal Arronches	Amelinda Pombal Cordeiro
Câmara Municipal Avis	Manuel Maria Ribeiro Lourenço
Câmara Municipal Campo Maior	Pedro Nunes
Câmara Municipal Castelo de Vide	Paulo
Câmara Municipal Crato	Francisco
Câmara Municipal Elvas	
Câmara Municipal Fronteira	
Câmara Municipal Gavião	
Câmara Municipal Mação	
Câmara Municipal Marvão	João Vitorino
Câmara Municipal Monforte	
Câmara Municipal Nisa	João Brilhante
Câmara Municipal Ponte de Sor	
Câmara Municipal Portalegre	
Câmara Municipal Sardoal	Artur - 7111 1111
Câmara Municipal Sousel	
Câmara Municipal Vila de Rei	Paulo F. de
Câmara Municipal Castelo Branco	
Câmara Municipal Idanha-a-Nova	
Câmara Municipal Oleiros	
Câmara Municipal Proença-a-Nova	
Câmara Municipal Sertão	
Câmara Municipal Abrantes	Henrique do Carmo Albuquerque
Câmara Municipal Vila Velha de Ródão	João P. de



ASSUNTO: CIRCUITOS BTT E CICLOTURISMO – ABRANTES 2013

No âmbito do programa de promoção na atividade física que se desenvolve desde 2001, e após a implementação do projeto dos circuitos de Btt e Cicloturismo – Abrantes 2011, entendeu-se dar continuidade ao projeto no ano 2013, em articulação com as coletividades do concelho.

Assim sendo, informamos das atividades das coletividades do concelho e respetivas datas de realização dos Circuitos de Btt e Cicloturismo – Abrantes 2013, de acordo com o seguinte quadro:

Nome	Organização	Data	Modalidade
6º Raid BTT Aldeia das Casas Baixas	Clube Aventura Motorizado do Pego	10-Mar	BTT
Cicloturismo	Município de Abrantes	17-Mar	Cicloturismo
I Maratona BTT – Tromba Estendida	Centro Social do Pego / Grupo de BTT Tromba Estendida	07-Abr	BTT
V I Passeio de BTT	Associação Recreativa “Os Mouriscos”	14-Abr	BTT
Passeio de BTT	Escola Prática de Cavalaria	20-Abr	BTT
13º Cicloturismo da Casa do Povo de Rio de Moinhos	Casa do Povo de Rio Moinhos	25-Abr	Cicloturismo
4º Passeio “Na Pegada do Lobo”	Associação Cultural Desportiva e Recreativa “Os Lobos do Carvalhal”	05-Mai	BTT
3º Cicloturismo	Associação de Cicloturismo e BTT do Fojo	18-Mai	Cicloturismo
IV Maratona – Branquinhos do Pedal	Associação Cultural e Recreativa da Chainça / Branquinhos do Pedal	19-Mai	BTT
3º Passeio das Pontes e Açudes de Sentieiras	Centro Popular Cultura e Desportos das Sentieiras	02-Jun	BTT
3º Passeio de BTT “Rota das 4 Aldeias”	Casa do Povo de São Facundo	09-Jun	BTT
2ª Resistência Noturna	Associação de Cicloturismo e BTT do Fojo	22-Jun	BTT
4º Passeio de Bicicleta	Junta de Freguesia de Aldeia do Mato	06-Jul	Cicloturismo
2º Raid BTT “À Descoberta do Cabeço das Águias”	Grupo de BTT Cabeço das Águias	07-Jul	BTT
2º Passeio de Cicloturismo	Grupo Cicloturismo Alferrarede Velha / Os Índios	14-Jul	Cicloturismo
Estafeta BTT – COA	Clube Orientação e Aventura	27-Jul	BTT
1ª Resistência Branquinhos do Pedal – 3h	Associação Cultural e Recreativa da Chainça / Branquinhos do Pedal	31-Ago	BTT/Resistência
Passeio BTT “Cabeços de São Miguel”	Casa do Povo de São Miguel do Rio Torto	08-Set	Btt
4ª Maratona “No Trilho do Lobo”	Associação de Cicloturismo e BTT do Fojo	15-Set	BTT
Volta ao Concelho em Cicloturismo	Município de Abrantes	13-Out	Cicloturismo
Rota da Palha de Abrantes	TAGUS	27-Out	BTT
Troféu Souto BTT’13	Sociedade Recreativa do Souto	02-Nov	BTT
Enceramento dos Circuitos – Abrantes	Município de Abrantes	10-Nov	Btt

Solicita-se autorização para apoio logístico destas atividades, nos mesmos moldes do ano anterior, propomos a isenção das taxas devidas pelo licenciamento correspondente a um valor total de 432.00€ (quatrocentos e trinta e dois euros).

Fica a presente informação à consideração de V. Ex.ª para os fins que entender convenientes.

LUIS VALENTE
DIVISÃO DESPORTO E JUVENTUDE

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2013/03/04

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
06.01	05000614	2011/03/29	RJE	13000066	2013/02/06	0506468879 CLINICA DIAGNOSTICO CAPUCHO, LDA. RUA DE SAO DOMINGOS, ED. SAO DOMINGOS R/C A E B	transformação edificio comercial/ prestação de ser RUA DE SAO DOMINGOS ABRANTES	13000085	DES	2013/02/20
2013/02/19 - Arquivar-se o processo, nos termos propostos pela DOGU, com conhecimento à firma detentora do mesmo.										
06.01	09000209	2009/05/22	RJE	01000517	2010/04/01	0146441923 NUNO MIGUEL DINIS MONICA DE OLIVEIRA RUA AMANDIO CESAR, 26, 3º B	ampliação moradia RUA DO SEIXO, 201 - SAMARRA CHAIINÇA	13000088	DES	2013/02/20
19.02.2013:No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de Autorização de utilização. 2013.02.19:No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro										
06.01	10000520	2010/12/13	RJE	11000063	2011/01/19	0503218987 RUA 1º DE MAIO, Nº 11	alteração alojamento turístico QUINTA DA VARZEA CASA BRANCA	13000098	DES	2013/02/25
2012.02.21:Deferido										

*** processado por computador ***
*** sistemas informáticos ***

14.03.2013 a 27.03.2013

[illegible]